

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O Governo PSD/CDS aprofunda a desvalorização do ensino artístico especializado. Depois de ter deixado sem salário, durante meses, milhares de docentes do ensino artístico especializado, impõe agora medidas de redução do financiamento que originarão despedimentos e interrupção do percurso formativo dos alunos.

Com a publicação, a 26 de agosto de 2015, das listas com os resultados provisórios relativos ao processo de candidatura ao Contrato de Patrocínio para o ano letivo 2015-2016, somos obrigados a constatar a diminuição de cerca de 25% no valor total de financiamento e a redução do número de alunos financiados relativamente ao ano letivo 2014-2015, designadamente na área metropolitana de Lisboa.

Esta situação é inaceitável, pois os alunos já se encontram matriculados e inseridos nas turmas dedicadas das escolas do ensino regular, os horários já foram elaborados, bem como a respectiva distribuição letiva atribuída aos docentes.

Esta redução pode obrigar as escolas do EAE a reenviar alunos para as disciplinas das quais estavam dispensados e para as quais não há professores contratados nas escolas do ensino regular; a solicitar aos encarregados de educação dos alunos não participados o pagamento integral da formação e a rescisão de contratos de trabalho.

O Ministro da Educação afirmou no Parlamento a manutenção do número de alunos financiados em anos anteriores, dando prioridade aos regimes integrado e articulado. Contudo, agora impõe uma redução de cerca de 8.000 alunos financiados em 2015/2016.

Também falta à palavra quando garantiu que não haveria corte de financiamento ao ensino supletivo e agora propõe a sua extinção para os 1.º e 3.º graus, isto é, coloca em causa o regime supletivo a prazo (no máximo 2 anos) no ensino básico.

Estes cortes têm consequências muito graves para os alunos, para as famílias, para as escolas

e para os professores, representando um desrespeito pela organização do ano letivo que já havia avançado e pela estabilidade dos percursos pedagógicos.

O PCP reafirma as propostas que tem apresentado, sempre rejeitadas por PS, PSD e CDS: financiamento através de verbas do Orçamento do Estado, respondendo deste modo às suas reais necessidades permanentes de funcionamento (corpo docente e suas carreiras, projeto educativo, instalações, instrumentos); financiamento do regime supletivo através da transferência das verbas do Orçamento do Estado correspondentes às necessidades identificadas pelas escolas; elaboração no curto prazo, de um estudo aprofundado sobre o Ensino Artístico Especializado, a sua identidade e objetivos, organização de rede, habilitações para a docência, currículos e cargas horárias.

As Escolas do Ensino Artístico Especializado asseguram um serviço público de formação artística de qualidade e funcionam como polos de dinamização social, cultural e económica das regiões em que estão inseridas. O seu impacto social reflete-se não só nos postos de trabalho que representam mas sobretudo na salvaguarda do direito ao acesso ao Ensino Artístico Especializado por parte da população escolar, na garantia da possibilidade de prosseguimento de estudos, na concretização do direito à fruição e criação cultural.

O PCP entende ser fundamental a valorização e defesa do ensino artístico especializado e a garantia das condições materiais e humanas para que estas escolas cumpram o seu papel de formação da cultura integral do indivíduo.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo, através do Ministério da Educação e Ciência, os seguintes esclarecimentos:

1. Como justifica o Governo ter afirmado a manutenção dos valores de financiamento e agora reduzir, tanto o montante, bem como o número de vagas?
2. Sendo que um concurso deve assentar em condições de igualdade para todos os oponentes, como justifica o governo a disparidade de número de vagas atribuídas nas diferentes regiões?
3. Com que pressupostos de equidade e em que critérios objetivos, rigorosos e transparentes se baseou o Governo para promover este concurso e atribuir este financiamento?
4. Assume o Governo a responsabilidade de colocar as escolas numa situação de poder vir a despedir professores e pela interrupção dos percursos formativos dos alunos?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 14 de Setembro de 2015

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)